

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8039690-16.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: ALEX ALMEIDA FERREIRA e outros (2) Advogado (s): NIVALDO ANTONIO BELO JUNIOR, JOSE EURIPEDES GONCALVES PINTO IMPETRADO: VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. CRIMES DE EXTORSÃO, COAÇÃO NO CURSO DE PROCESSO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE CAPITAIS. DECRETO PREVENTIVO FUNDAMENTADO. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA. PACIENTE SUSPEITO DE INTEGRAR PERIGOSA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, VOLTADA À PRÁTICA DE AÇÕES CRIMINOSAS NO PORTO DE ARATU. NECESSIDADE DE GARANTIR A FUTURA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ACUSADO FORAGIDO HÁ CERCA DE QUATRO ANOS. BOAS CONDIÇÕES PESSOAIS NÃO DEMONSTRADAS. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONTEMPORANEIDADE NÃO CONFIGURADA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, CONFORME O PRONUNCIAMENTO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8039690-16.2022.8.05.0000 da comarca de Salvador/BA, tendo como impetrantes os béis. NIVALDO ANTÔNIO BELO JÚNIOR e JOSÉ EURÍPEDES GONÇALVES PINTO e como paciente, ALEX ALMEIDA FERREIRA. Acordam os Desembargadores componentes da Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em CONHECER e DENEGAR a ordem. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 7 de Novembro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8039690-16.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: ALEX ALMEIDA FERREIRA e outros (2) Advogado (s): NIVALDO ANTONIO BELO JUNIOR, JOSE EURIPEDES GONCALVES PINTO IMPETRADO: VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR Advogado (s): RELATÓRIO Os béis. NIVALDO ANTÔNIO BELO JÚNIOR e JOSÉ EURÍPEDES GONÇALVES PINTO ingressaram com habeas corpus em favor de ALEX ALMEIDA FERREIRA, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa da comarca de Salvador/BA. Relataram que “Aduz a exordial que em razão de investigação decorrente do IP nº 888/2016, supostamente detectou a existência de uma organização criminosa com atuação no Porto de Aratu, voltadas para a prática de furtos de carga, extorsões, coações e lavagem de dinheiro, assim instaurado o IP nº 474/2017, que resultou na deflagração da operação policial denominada “Pedágio” em 09/07/2018”. Sustentaram a ausência de contemporaneidade entre os fatos e a decretação da prisão. Alegaram inexistir motivação para manutenção da prisão preventiva, sendo desnecessária a custódia cautelar, uma vez que, segundo asseveraram, não estariam presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Afirmaram ser o paciente detentor de boas condições pessoais, sustentando ser possível a substituição do cárcere pelas medidas cautelares diversas da prisão. Pugnaram, por fim, pela concessão, em caráter liminar, do mandamus e consequente expedição do alvará de soltura, requerendo, ainda, que a ordem seja confirmada no julgamento do mérito. Juntaram documentos com a inicial. A medida liminar foi indeferida (id. 34866757). As informações judiciais foram apresentadas (id. 35689272). A Procuradoria de Justiça, em manifestação da lavra da Dra. Áurea Lucia Souza Sampaio Loepp, opinou pela denegação da ordem (id. 36426667). É o relatório. Salvador/BA, 31 de outubro de 2022. Des. Nágila Maria Sales Brito Relatora PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma  
Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8039690-16.2022.8.05.0000 Órgão  
Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: ALEX ALMEIDA FERREIRA  
e outros (2) Advogado (s): NIVALDO ANTONIO BELO JUNIOR, JOSE EURIPEDES  
GONCALVES PINTO IMPETRADO: VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE  
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR Advogado (s): VOTO Trata-se de habeas  
corpus impetrado em favor de ALEX ALMEIDA FERREIRA, alegando, em síntese,  
a ausência de fundamentação do decreto preventivo, ressaltando as boas  
condições pessoais do paciente e afirmando haver violação ao princípio da  
contemporaneidade. Por fim, pleiteou ainda a substituição do cárcere pelas  
medidas cautelares diversas da prisão. Segundo consta dos autos, o  
Paciente foi denunciado pelo Ministério Público em conjunto com outros  
sete réus, em razão da prática dos crimes de extorsão, coação no curso de  
processo, lavagem de capitais e associação criminosa. Ingressando no  
mérito do mandamus, constata-se que o MM. Juiz a quo decretou a prisão  
preventiva do Paciente no bojo de operação Policial intitulada Pedágio,  
após requerimento da Autoridade Policial, fundamentando satisfatoriamente  
seu posicionamento, levando em consideração o requisito da garantia da  
ordem pública, restando comprovadas as presenças do fumus commissi delicti  
(indícios de autoria e materialidade delitiva) e do periculum libertatis  
(garantia da ordem pública). Todavia, diante das informações prestadas  
pelo guarda portuário Rafael Farias Bandeira, que foi responsável pela  
constatação do referido furto, sobre o recebimento de ameaças por parte de  
ALEX ALMEIDA FERREIRA, vulgo "Bebezão", a fim de "demovê-lo de agir de  
acordo com o seu dever de ofício, foi instaurado o inquérito policial nº  
474/2017 no sentido de aprofundar as investigações sobre possível  
organização criminosa atuando no Porto de Aratu. Durante as investigações,  
conseguiu-se obter maiores dados sobre a estrutura e hierarquização do  
grupo, bem como identificados alguns dos suspeitos, com a oitiva de  
proprietários e/ou administradores das empresas de carga e descarga que  
atuam no local, os quais confirmaram estarem sendo vítimas de ameaças e  
extorsões. Ressaltou-se que a mesma quadrilha descoberta durante a  
deflagração da "Operação Carga Pesada" foi responsável pelo furto apurado  
no IP nº 888/2016, evidenciando que a súcia voltou a atuar nas  
dependências do Porto de Aratu. Ademais, salientou-se que a mencionada  
organização criminosa teria ampliado seu modus operandi para além do  
cometimento de furtos, passando, então, a promover extorsões, com a  
exigência de pagamento de taxas e comissões a todas as empresas e todos  
caminhoneiros que trabalham no porto marítimo. Foram juntadas cópias  
microfilmadas de cheques e extratos bancários que comprovam a  
transferência de valores, tendo como beneficiários BRUNO, DANILO, GILMAR,  
RODRIGO e AFV TRANSPORTE E SERVIÇOS, de propriedade de KLEBER, GILMAR e  
ALEX. Destarte, KLEBER HERCULANO DE JESUS, vulgo "Charutinho", é apontado  
como líder da ORCRIM, contando com o apoio de pessoas de confiança e com  
voz de comando, como GILMAR DA CONCEIÇÃO SOUZA e ALEX ALMEIDA FERREIRA.  
Grifou-se, também, que o grupo tem utilizado a COOPERATIVA MISTA DOS  
CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DA BAHIA LTDA – COOMCAB, para a prática delitiva,  
por meio da qual é exigido o pagamento indevido no valor de R\$ 1,00 (um  
real) por cada tonelada de grânéis sólidos (fertilizantes e minerais)  
transportada através do porto marítima de aratu, bem como a retenção,  
esporádica, do valor de uma viagem por caminhão, chamada de 'NOTA', em  
eventuais operações, em flagrante prejuízo financeiro da totalidade dos  
caminhoneiros autônomos, em regular atividade de transporte de carga, sem  
nenhum vínculo com a cooperativa, bem como de todas as empresas

transportadores que operam no porto". (...) Com efeito, foram atendidos os requisitos indispensáveis à decretação da prisão preventiva dos principais responsáveis pelo comando da ORCRIM, KLEBER, GILMAR e ALEX, segundo as hipóteses do art. 312, do CPP. Preza-se, outrossim, entre outros, pela garantia da ordem pública e conveniência da instrução processual, no sentido de que se torna imperioso evitar a reiteração delitiva e preservar provas, eis que há notícias de os requeridos se valem de ameaças e intimidam futuras testemunhas que podem ser chamadas numa eventual ação penal". Como é possível observar, o decisum acima transcrito encontra-se fundamentado, considerando que foram indicadas razões concretas que assinalam a indispensabilidade da custódia provisória. De fato, a presença de pelo menos um dos requisitos autorizadores da prisão processual encontra-se devidamente demonstrada, dado que o Paciente é apontado como integrante de organização criminosa estruturada, exercendo papel de gerenciamento das atividades, o que aponta a sua periculosidade e a necessidade do encarceramento como forma de acautelar a ordem pública, garantir a instrução criminal e obstar a reiteração delitiva, tal como pontuado pelo Magistrado a quo. Insta salientar também que, da análise dos autos da ação penal originária, das informações prestadas, bem como após consulta ao sistema BNMP2, constata-se que o mandado de prisão permanece em aberto, estando o Paciente foragido há cerca de quatro anos, fazendo-se necessário, também, garantir a futura aplicação da lei penal. Considerando a satisfatória fundamentação da constrição corporal do acusado, diante da presença dos requisitos autorizadores exigidos no art. 312 do CPP, mostra-se descabida a substituição da segregação pelas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO DAS CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM DENEGADA. (...) 3. São idôneos os motivos elencados para decretar a prisão cautelar, por evidenciarem a gravidade concreta do delito imputado ao paciente, nos termos já descritos, sua elevada periculosidade – por se tratar de policial militar supostamente envolvido com o PCC e que teria ordenado o crime para ocultar essa informação de seus superiores – e o risco à instrução processual, diante das declarações de testemunhas protegidas sobre o temor que o acusado inspira. 4. A menção à gravidade concreta da conduta em tese perpetrada e à maior periculosidade do agente é circunstância bastante a demonstrar a insuficiência e inadequação da aplicação de cautelares menos gravosas. 5. Ordem denegada. (STJ – HC: 623459 SP 2020/0291339-7, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 01/06/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/06/2021). Cumpre afirmar que as condições pessoais favoráveis do Paciente, ainda que tivessem sido demonstradas, o que não ocorreu no caso presente, não autorizariam, de per si, a concessão da ordem, se existem outras circunstâncias que recomendam a custódia cautelar. No caso dos autos, observa-se que o mandado de prisão em desfavor do Acusado ainda não foi cumprido, permanecendo este foragido. Esta é a orientação jurisprudencial do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a exemplo dos seguintes precedentes: "(...) III – A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. (...)" (STJ – AgRg no HC: 618139 MG 2020/0265298-2, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 17/11/2020, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe

07/12/2020). De outro giro, impõe-se, em observância ao princípio da confiança no Juiz da causa, dar maior respaldo às conclusões obtidas por este, podendo analisar com mais segurança a presença do *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, por estar mais próximo aos fatos. No que tange à alegação de ausência de contemporaneidade entre a data dos fatos e o momento presente, esta não encontra amparo nos autos. Cumpre esclarecer, de logo, que o que define um decreto preventivo como contemporâneo é a subsistência dos fatos que ensejaram a decretação da prisão cautelar. Nesse mesmo sentido, vale trazer à baila o recente julgado do Supremo Tribunal Federal abaixo ementado: “[...] PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PACIENTE FORAGIDA. CONTEMPORANEIDADE SUBSISTÊNCIA DOS FATOS ENSEJADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. [...] A contemporaneidade diz respeito aos motivos ensejadores da prisão preventiva e não ao momento da prática supostamente criminosa em si, ou seja, é desimportante que o fato ilícito tenha sido praticado há lapso temporal longínquo, sendo necessária, no entanto, a efetiva demonstração de que, mesmo com o transcurso de tal período, continuam presentes os requisitos (I) do risco à ordem pública ou (II) à ordem econômica, (III) da conveniência da instrução ou, ainda, (IV) da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal. [...]” (Agravio Regimental no Habeas Corpus nº 206.116/PA, STF, 1ª Turma, unânime, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em sessão virtual de 1.10.2021 a 8.10.2021, publicado no DJ em 18.10.2021) Como já relatado, a prisão preventiva foi decretada após requerimento da Autoridade Policial no bojo de operação policial, tendo o Magistrado a quo fundamentado a custódia, entre outros fatores, na garantia da ordem pública, diante da gravidade dos fatos imputados ao Paciente. Além disso, denota-se a atualidade dos motivos que ensejaram a restrição à liberdade do Acusado, dado que ele permanece foragido há cerca de quatro anos, consoante já salientado, constatando-se, portanto, a contemporaneidade do decreto preventivo, diante do presente risco à futura aplicação da lei penal. Dessa forma, não se verifica qualquer flagrante ilegalidade passível de ser reconhecida por meio deste writ. Ante o exposto, por total desamparo fático e jurídico das razões aduzidas, e com esteio no opinativo da Procuradoria de Justiça, CONHEÇO deste habeas corpus para DENEGÁ-LO. É como voto. Salvador/BA, 31 de outubro de 2022. Des. Nágila Maria Sales Brito Relatora